

## **Acórdão**

### **I – QUESTÕES PRÉVIAS:**

1. Aos 18 de Novembro de 2009, Joaquim Francisco Baptista apresentou recurso da decisão do Júri de Terreno, proferida na Final da Taça de Portugal de Horseball de 2009.
2. O recurso foi interposto ao abrigo do artigo 23º alínea i) do Regulamento Nacional de Horseball.
3. O recurso foi interposto em tempo, é formalmente válido e o **Recorrente** tem legitimidade.
4. O recurso foi dirigido ao Conselho de Disciplina, nos termos e para os efeitos do artigo 33º nº 1 do Regulamento de Disciplina.

### **II – OBJECTO:**

O **Recorrente** interpôs recurso da decisão do Júri de Terreno, datada de 16 de Novembro de 2009, relativa à suspensão do **Recorrente** nos 3 jogos oficiais subsequentes, fundada em agressão verbal à Equipa de Arbitragem da Final da Taça de Portugal de Horseball de 2009.

### **III – CONTRADITÓRIO:**

1. O **Recorrente** alega que dirigiu palavras ao árbitro no final do jogo da Taça de Portugal de Horseball 2009, no entanto refere que as palavras não foram impróprias ou desadequadas.
2. O **Recorrente** considera que a decisão do Júri de Terreno é infundada e injustamente agravada, pelo que a considera ferida de nulidade.
3. No sentido de tentar justificar a decisão aplicada, explica que é notório o “*mal-estar*” entre os órgãos directivos da Associação de Jogadores de Horseball e o próprio **Recorrente**, ora Vice-Presidente da Federação Equestre Portuguesa para a disciplina de Horseball.
4. Porquanto, por razões relacionadas com a instabilidade financeira da Associação de Jogadores de Horseball, a Direcção da Federação Equestre Portuguesa decidiu não lhe confiar a organização dos campeonatos e taças nacionais de horseball.



*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA  
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

---

5. O **Recorrente** alega que a decisão do Júri de Terreno é igualmente nula, por não ter sido nomeada Comissão de Recurso para a Final da Taça de Portugal de Horseball de 2009.
6. Estando, portanto, precludido o Direito ao Recurso do ora **Recorrente**.
7. O **Recorrente** termina as suas alegações invocando a ilegalidade da decisão proferida pela Associação de Jogadores de Horseball, porquanto a direcção desta associação se demitiu em 16 de Novembro de 2009, com efeito retroactivo a 06 de Novembro de 2009.
8. Nestes termos alega que, um órgão que se exonerou não pode tomar decisões, nomeadamente, as de suspender o jogador **Recorrente** pelo período de 3 jogos.
9. O **Recorrente** requer que sejam ouvidas a depor as testemunhas Frederico Canas a Ana Raquel Baptista

**IV – INSTRUÇÃO:**

1. As testemunhas arroladas foram ouvidas no dia 16 de Abril de 2010.
2. O depoimento de ambas as testemunhas revelou-se isento e coincidente no facto de, durante o jogo, não se ter ouvido qualquer expressão ou burburinho, trocado entre o **Recorrente** e o Júri de Terreno.
3. A testemunha Frederico Canas referiu que o árbitro é uma pessoa conflituosa e que, durante o jogo, sentiu que equipa foi prejudicada diversas vezes.
4. Acrescentou que, durante o campeonato, tinham ocorrido sanções e expulsões aplicadas por este mesmo arbitro.
5. A testemunha Frederico Canas considerou que, o facto de a Federação Equestre Portuguesa ter assumido a presidência da Associação, tomando decisões sobre a modalidade, pode ter causado algum rancor no árbitro, ex-Presidente da Associação de Jogadores de Horseball.

**V - DECISÃO:**

1. Cumpre decidir sobre a excepção de ilegitimidade invocada pelo **Recorrente** e sobre a arguição de duas nulidades, que alegadamente ferem a decisão tomada pela Equipa de Arbitragem.



*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA  
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

---

2. No que concerne à excepção de ilegitimidade, o **Recorrente** considera que a decisão proferida pela Associação de Jogadores de Horseball é ilegal, porquanto a direcção desta associação se demitiu em 16 de Novembro de 2009, com efeito retroactivo a 06 de Novembro de 2009, não podendo, portanto, uma direcção que se exonerou proferir decisões sobre as matérias que eram da sua competência, em data anterior à demissão.
3. Sucede que, a decisão de aplicação de uma sanção ao **Recorrente** não foi proferida pela Associação de Jogadores de Horseball, mas sim pelo Júri de Terreno.
4. A Associação de Jogadores de Horseball limitou-se a comunicar a decisão tomada pelo Júri de Terreno.
5. O Júri de Terreno é o técnico(s) responsável(eis) pela aplicação das sanções no decurso do jogo, de acordo com o artigo 55º do Regulamento Geral da Federação Equestre Portuguesa.
6. Pelo que, a decisão tomada não padece de qualquer vício de forma.
7. O **Recorrente** alega, igualmente, que a decisão padece de nulidade, por não estar fundamentada.
8. Sucede que, a decisão de aplicação de sanção está fundamentada no relatório elaborado pelo Júri de Terreno, previsto no artigo 24º nº 3 alínea e) do Regulamento Geral.
9. Pelo que é despiciendo, em comunicação enviada pela Associação Portuguesa de Horseball ao **Recorrente**, exigir fundamentação igual à que consta do relatório.
10. A comunicação enviada pela Associação Jogadores de Horseball remete para o relatório do Júri de Terreno.
11. Caso o **Recorrente** pretendesse tomar conhecimento do conteúdo da fundamentação da decisão, poderia sempre requerer cópia do relatório elaborado pelo Júri de Terreno à Federação Equestre Portuguesa.
12. Por último, o **Recorrente** alega que a inexistência de órgão de recurso, mais precisamente, de Comissão de Recurso, fere de nulidade a decisão proferida pelo Júri de Terreno.
13. Tal alegação é falsa e desprovida de sentido, pois o **Recorrente** sabe e, aliás, tanto sabe, que dirigiu o seu articulado de recurso ao Conselho de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa, que este órgão é instância de recurso, em situação de inexistência de Comissão de Recurso, nos termos e para os efeitos do artigo 33º nº 1 do Regulamento de Disciplina.



*GABINETE DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES DA  
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

---

14. Do *supra* exposto, a decisão proferida pelo Júri de Terreno não é nula, nem ferida do vício de ilegitimidade.
15. Pelo que decaem os fundamentos apresentados pelo **Recorrente**, devendo ser mantida a decisão de aplicação de pena de suspensão pelo período dos 3 jogos, subsequentes à Taça de Portugal de Horseball.
16. Atento o facto de o **Recorrente** não ter liquidado a caução, prevista no artigo 25º do Regulamento de Disciplina, deverá a mesma ser entregue na tesouraria da Federação Equestre Portuguesa, de imediato, ou feita prova do pagamento atempado da mesma.

Os custos de instrução do presente recurso, no valor de € 200,00, deverão ser liquidadas pelo **Recorrente**.

Lisboa, 25 de Junho de 2010

O Conselho de Disciplina

*Frederico de Sousa*  
\_\_\_\_\_  
*Paulo António Vaz*  
\_\_\_\_\_  
*Paula Argimelia Tomasec*  
\_\_\_\_\_